

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ

Bianca Letícia de Araujo

**SISTEMAS ALIMENTARES SAUDÁVEIS E SUSTENTÁVEIS, SOBERANIA E
SEGURANÇA ALIMENTAR NUTRICIONAL (SSAN) DE MULHERES
PRODUTORAS DA CIDADE DE SÃO LUIZ DO PARAITINGA - SP**

Taubaté - SP

2023

Bianca Letícia de Araujo

**SISTEMAS ALIMENTARES SAUDÁVEIS E SUSTENTÁVEIS, SOBERANIA E
SEGURANÇA ALIMENTAR NUTRICIONAL (SSAN) DE MULHERES
PRODUTORAS DA CIDADE DE SÃO LUIZ DO PARAITINGA - SP**

Trabalho de Graduação apresentado para obtenção do certificado de Graduação pelo curso de Nutrição, do Departamento de Enfermagem e Nutrição da Universidade de Taubaté.

Orientadora: Profa. Ma. Michele Gilaberte Ribeiro

Taubaté - SP

2023

Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBi/UNITAU
Biblioteca Setorial de Biociências

A663s Araujo, Bianca Letícia de
Sistemas alimentares saudáveis e sustentáveis, soberania e segurança alimentar nutricional (SSAN) de mulheres produtoras da cidade de São Luiz do Paraitinga – SP / Bianca Letícia de Araujo. -- 2023.
42 f. : il.

Monografia (graduação) – Universidade de Taubaté, Departamento de Nutrição, 2023.

Orientação: Profa. Ma. Michele Gilaberte Ribeiro, Departamento de Enfermagem e Nutrição.

1. Agroecologia. 2. Hábitos alimentares. 3. Segurança Alimentar. 4. Soberania alimentar. I. Universidade de Taubaté. Departamento de Enfermagem e Nutrição. Curso de Nutrição. II. Título.

CDD- 613.2

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todas as mulheres que me inspiraram e tornaram possível chegar até aqui, em especial a minha orientadora Senhora Mi.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar minha sincera gratidão às pessoas que tornaram possível a realização deste trabalho. Primeiramente, quero agradecer a minha orientadora, Prof^a Michele Gilaberte Ribeiro, pela orientação valiosa, paciência e apoio ao longo de todo o processo de pesquisa. Minha jornada no curso de Nutrição foi impactada pelo contato que pude ter com a senhora, e isso transformou meu olhar para a Nutrição. Obrigado por sua orientação, inspiração e dedicação. Você não apenas me ajudou a crescer academicamente, mas também como indivíduo. Sou eternamente grata por ter tido a honra de ser sua aluna, eu poderia escrever páginas de agradecimentos para a senhora, mas me faltam palavras para descrever toda minha gratidão e carinho, seus ensinamentos movimentam o conhecimento, que mais alunos possam ter o privilégio de aprender com a senhora. Nada disso teria sido tão legal sem a senhora e quero que saiba que estarei aqui para sempre.

Agradeço também aos membros da banca examinadora, Prof^a Maria Cecília e Dra. Isabel Viegas, por dedicarem seu tempo e sabedoria na avaliação deste trabalho. Suas contribuições críticas foram extremamente enriquecedoras.

Não posso deixar de mencionar meus colegas de classe e amigos que me apoiaram durante este desafiador caminho. Agradeço minha amiga Letícia, que mesmo longe fez de suas palavras encorajamento e apoio moral essencial para manter minha motivação.

Agradeço à minha família pelo acesso a educação e estrutura para que eu pudesse conquistar esse tão sonhado diploma.

Agradeço aos meus professores que pude ter a honra de conhecer durante meus estudos e agradeço a Universidade por todo apoio, pude desenvolver mais conhecimentos através de projetos de extensão beneficiados com bolsas e também pela oportunidade de participar como aluna da iniciação científica.

Por fim, quero expressar minha gratidão aos participantes da pesquisa e envolvidos, cuja colaboração foi fundamental para a coleta de dados deste estudo.

Este trabalho não teria sido possível sem o apoio dessas pessoas incríveis. Sou profundamente grata por todas as contribuições que deram para este projeto.

“O meio ambiente não é o espaço em que vivemos, mas o espaço do qual vivemos”.

Ana Primavesi

RESUMO

Introdução: Entende-se como Soberania Alimentar, o direito dos povos escolherem como organizarão a produção e distribuição dos alimentos, ela tem uma estreita relação com as formas de produção sustentáveis como a agricultura familiar (AF) e a Agroecologia, sendo uma forma de garantia da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) das famílias produtoras. **Objetivo:** Este trabalho tem por objetivo investigar a Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN) das famílias de mulheres produtoras da cidade de São Luiz do Paraitinga/SP. **Métodos:** Este é um estudo observacional analítico transversal, por meio da aplicação da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) e questionário semiestruturado elaborado pela pesquisadora com questões sobre perfil socioeconômico e demográfico, de saúde e hábitos alimentares dessas mulheres produtoras. **Resultados:** Esta pesquisa obteve como resultado que as mulheres produtoras entrevistadas do município de São Luiz do Paraitinga-SP estão em Segurança Alimentar e Nutricional, porém isso ocorre devido a dupla jornada de trabalho que não se limita apenas ao plantio. **Conclusão:** O trabalho conclui que é necessário fortalecer e empoderar as mulheres na agricultura, garantindo seu sustento e de sua família tornar possível promover Sistemas Alimentares Saudáveis e Sustentáveis, a resiliência das comunidades e fomento à cultura local.

Palavras-chave: Agroecologia; Hábitos alimentares; Segurança Alimentar e Nutricional; Soberania alimentar.

ABSTRACT

Introduction: Food Sovereignty is understood as the right of people to choose how they will organize the production and distribution of food, it has a close relationship with sustainable forms of production such as family farming (AF) and Agroecology, being a form of guarantee of Food and Nutritional Security (SAN) of producing families. **Objective:** This work aims to investigate the Sovereignty and Food and Nutritional Security (SSAN) of families of women producers in the city of São Luiz do Paraitinga/SP. **Methods:** This is a cross-sectional analytical observational study, through the application of the Brazilian Food Insecurity Scale (EBIA) and a semi-structured questionnaire prepared by the researcher with questions about the socioeconomic and demographic profile, health and eating habits of these women producers. **Results:** This research obtained the result that women producers in the municipality of São Luiz do Paraitinga-SP are in Food and Nutritional Security, however this is due to the double work shift that is not limited to planting. **Conclusion:** The work concludes that it is necessary to strengthen and empower women in agriculture, guaranteeing their livelihood and that of their family, it is possible to promote Healthy and Sustainable Food Systems, the resilience of communities and foster local culture.

Keywords: Agroecology; Eating habits; Food and nutrition security; Food sovereignty.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Classificação dos níveis de insegurança alimentar (IBGE)

Figura 2: Distribuição percentual da Segurança Alimentar e dos níveis de Insegurança Alimentar (IA), segundo o sexo da pessoa de referência do domicílio, Brasil.

Figura 3 - Pontuação para Classificação da Família, Segundo a Segurança Alimentar

Figura 4 - Grau de Segurança Alimentar de Mulheres Produtoras do Município de São Luiz do Paraitinga.

Figura 5 - Frequência de Chek-up feito por Mulheres Produtoras do Município de São Luiz do Paraitinga

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Distribuição das Agricultoras Segundo Dado Sociodemográficos. São Luiz do Paraitinga/SP, 2023.

Tabela 2 – Renda Média Mensal das Agricultoras Segundo Estado Civil. São Luiz do Paraitinga/SP, 2023.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

SSAN - Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional

IA - Insegurança Alimentar

VIGISAN- Vigilância da Segurança Alimentar e Nutricional

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

EBIA - Escala Brasileira de Insegurança Alimentar

REDE PENSSAN - Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional

SA – Segurança Alimentar

DHAA - Direito Humano a Alimentação Adequada

SOFI - State of Food Security and Nutrition

ONU - Organização das Nações Unidas

POF – Pesquisa de Orçamentos Familiares

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

PNS - Pesquisa Nacional de Saúde

VIGITEL - Sistema de Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico

SVS - Secretaria de Vigilância em Saúde

TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

CAAE - Certificado de Apresentação de Apreciação Ética

DCNT – Doença Crônica Não Transmissível

Sumário

1. INTRODUÇÃO.....	6
2. OBJETIVOS	9
2.1. OBJETIVO GERAL	9
2.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS	9
3. REVISÃO DA LITERATURA.....	10
3.1 SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	10
3.2 PREVALÊNCIA (IN) SAN NO BRASIL (VIGISAN E SOFI).....	11
3.3 PERFIL DE MULHERES PEQUENAS PRODUTORAS NO BRASIL.....	12
3.4 AGRICULTURA FAMILIAR E AGROECOLOGIA	13
3.5 SOBERANIA ALIMENTAR E SISTEMAS ALIMENTARES	13
3.6 INICIATIVA DIVINO ALIMENTO	14
4. MATERIAIS E MÉTODOS	16
4.1. TIPO DO ESTUDO	16
4.2. LOCAL DA PESQUISA	16
4.3. POPULAÇÃO DA PESQUISA.....	16
4.3.1. CRITÉRIO DE INCLUSÃO.....	16
4.4. DESENVOLVIMENTO DO ESTUDO	16
4.4.1. INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS	17
4.5. ANÁLISE ESTATÍSTICA	17
4.6. ASPECTOS ÉTICOS.....	17
5. RESULTADOS E DISCUSSÃO	19
6. CONCLUSÃO	25
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	26

1. INTRODUÇÃO

No ano de 2018 o cenário do Brasil com relação à insegurança alimentar (IA) já apresentava números que aproximavam a população de um caminhar para o retorno ao mapa da fome (1). A pandemia da SARS-CoV-2 (COVID-19) no Brasil foi um agravante da crise social e econômica existente, levando maiores riscos de insegurança alimentar e nutricional - (in) SAN para famílias em situação de vulnerabilidade social e agricultores familiares, estes diretamente afetados no escoamento da sua produção de alimentos, uma vez que medidas restritivas, como o isolamento social, precisaram ser tomadas no sentido de controle da disseminação do vírus.

Segundo dados fornecidos pelo II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil (II VIGISAN) realizado pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (REDE PENSSAN), no período entre os anos de 2021 e 2022, pôde ser observado desigualdade de gênero com relação a IA, onde mais da metade dos domicílios chefiados por mulheres apresentavam algum grau de IA. Os dados mostram que famílias em que a pessoa de referência era o homem, apresentavam 28,5% de IA leve, 13,2% de IA moderada e 11,9% de IA grave, já em casas chefiadas por mulheres os números aumentam, 22,4% de IA leve, 17,4% de IA moderada e 19,3% de IA grave, mostrando um estado crítico de Insegurança Alimentar nas famílias cuja referência seja a figura feminina (2). O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) classifica em níveis a insegurança alimentar de acordo com a escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), como na figura abaixo (3).

Segurança Alimentar (SA)	Acesso regular e permanente a alimentos de qualidade e em quantidade suficiente, e sequer se sentiam na iminência de sofrer restrição no futuro próximo.
Insegurança Alimentar Leve (IA leve)	Preocupação ou incerteza quanto à disponibilidade de alimentos no futuro em quantidade e qualidade adequadas.
Insegurança Alimentar Moderada (IA moderada)	Redução quantitativa de alimentos e/ou ruptura nos padrões de alimentação resultante da falta de alimentos entre os adultos.
Insegurança Alimentar Grave (IA grave)	Redução quantitativa de alimentos e/ou ruptura nos padrões de alimentação resultante da falta de alimentos entre adultos e/ou crianças; e/ou privação de alimentos; fome.

Figura 1 - Classificação dos níveis de insegurança alimentar (IBGE)

Fonte: IBGE, 2013

No cenário da fome muitas famílias são acometidas, sendo de grande importância destacar as famílias chefiadas por mulheres, que se denominam pretas ou pardas, serem as mais acometidas em momentos de maior instabilidade, apresentando efeitos negativos sobre Segurança Alimentar (SA) (2).

No município de São Luiz do Paraitinga, localizado no Vale do Paraíba, com população estimada de cerca de 10.693 habitantes e extensão territorial de 617,315 km² (4), encontramos abrigados em suas terras um número considerável de produtores de agricultura familiar, responsáveis por um modelo de produção agroecológica em sua maioria, que garante a saúde da terra e a manutenção da cultura alimentar local. Dentre estes produtores, encontramos mulheres chefes de família, responsáveis em sua maioria pelos saberes da produção dos alimentos e suas formas de preparação, pelos cuidados da família, incluindo a alimentação, e em labuta diária pelo campo almejando melhorias de vida. Segundo dados da II VIGISAN no Brasil, a fome atinge 22% dos agricultores familiares e produtores rurais, sendo que famílias chefiadas por mulheres são mais afetadas em relação a IA.

Diante do exposto, o presente trabalho pretende investigar a situação de Segurança Alimentar e Nutricional de mulheres, agricultoras familiares, do município de São Luiz do Paraitinga, assim como analisar sua segurança alimentar.

2. OBJETIVOS

2.1. Objetivo Geral

Investigar a Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN) das famílias de mulheres produtoras da cidade de São Luiz do Paraitinga/SP.

2.2. Objetivos Específicos

- Identificar os alimentos que são cultivados pelas produtoras;
- Relacionar as formas de produção com a segurança alimentar da mulher produtora;
- Conhecer os hábitos alimentares das famílias produtoras e condições socioeconômicas e demográficas;
- Levantar os cuidados com a saúde e a prevalência de doenças crônicas entre as mulheres produtoras

3. REVISÃO DA LITERATURA

3.1 Segurança Alimentar e Nutricional

Segurança Alimentar e Nutricional abrange princípios no que diz respeito a uma alimentação diversificada, composta por alimentos de qualidade cultivados dentro de sistemas de produção que favoreçam a agricultura local, prezem pela biodiversidade sazonal e que assim promovam o direito humano à alimentação adequada (DHAA).

Conforme a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional - LOSAN (Brasil, 2006), a Segurança Alimentar Nutricional (SAN) é compreendida como:

Realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis. (5)

A garantia desse direito requer ações intersetoriais por se tratar de um processo complexo não apenas de acesso ao alimento, mas de condições de vida (social, alimentar, trabalho, lazer e saúde) dignas e adequadas.

O município de São Luiz do Paraitinga, onde encontramos a Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) AKARUI, objetiva, juntamente com a OSCIP, investir na qualidade de vida e no desenvolvimento humano, estimulando o envolvimento comunitário, através de práticas socialmente justas e ambientalmente sustentáveis (6). Desde o início da pandemia até os dias de hoje, pode-se acompanhar ações como a Inciativa Divino Alimento, que beneficia famílias em situação de vulnerabilidade social com cestas semanais compostas de alimentos biodiversos, auxiliando na garantia e manutenção da segurança alimentar e nutricional (SAN). Ações como estas, além de promoverem a SAN na cidade, tanto para o pequeno produtor quanto para as famílias beneficiadas, contribuem para a manutenção da cultura alimentar local e garantem comida fresca e limpa

promovendo saúde e fortalecendo a agroecologia da região e o estímulo ao mercado local.

3.2 Prevalência (in) SAN no Brasil (VIGISAN E SOFI)

De acordo com a II VIGISAN, 125,2 milhões de pessoas encontravam-se em algum grau de insegurança alimentar no Brasil no ano de 2022. De acordo o relatório “Estado da Segurança Alimentar e a Nutrição no Mundo”- SOFI lançado em julho de 2022, pela FAO/ONU, em conjunto com o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), o Programa Mundial de Alimentos (PMA) e a Organização Mundial da Saúde (OMS), principal relatório global que mapeia a segurança alimentar, 61,3 milhões de pessoas estavam em situação de insegurança alimentar moderada ou grave no Brasil, sendo que para eles não existe a categoria insegurança alimentar leve (2,3). A última atualização do relatório datada de julho de 2023 traz o número de 70 milhões, havendo um aumento no número de pessoas em situação de fome no país. (7)

Mulheres agricultoras que atuam na base da agricultura familiar, exercem sua agricultura com pouco ou nenhum uso de agrotóxicos, com isso dedicam sua produção para garantir a reprodução familiar e a economia local. O cenário de mudanças no sistema agroalimentar mundial afeta e fragiliza mulheres produtoras chefes de família em relação ao acesso a terra e a maior exposição a Insegurança alimentar.

Conforme mostram os dados da Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) de 2017-18, mulheres que são chefes de família gastam maior percentual da renda mensal em contas básicas como luz, água e comida, comparando com os homens que exercem a mesma função em outros lares, isso indica a maior vulnerabilidade de domicílios chefiados por mulheres, o que está diretamente relacionado ao maior índice de insegurança alimentar grave em relação aos homens (8).

Destaca-se também o resultado encontrado na II VIGISAN que corrobora com a POF, onde a insegurança alimentar esteve mais presente em domicílios onde uma mulher era a pessoa de referência, como podemos ver na figura abaixo. (2)

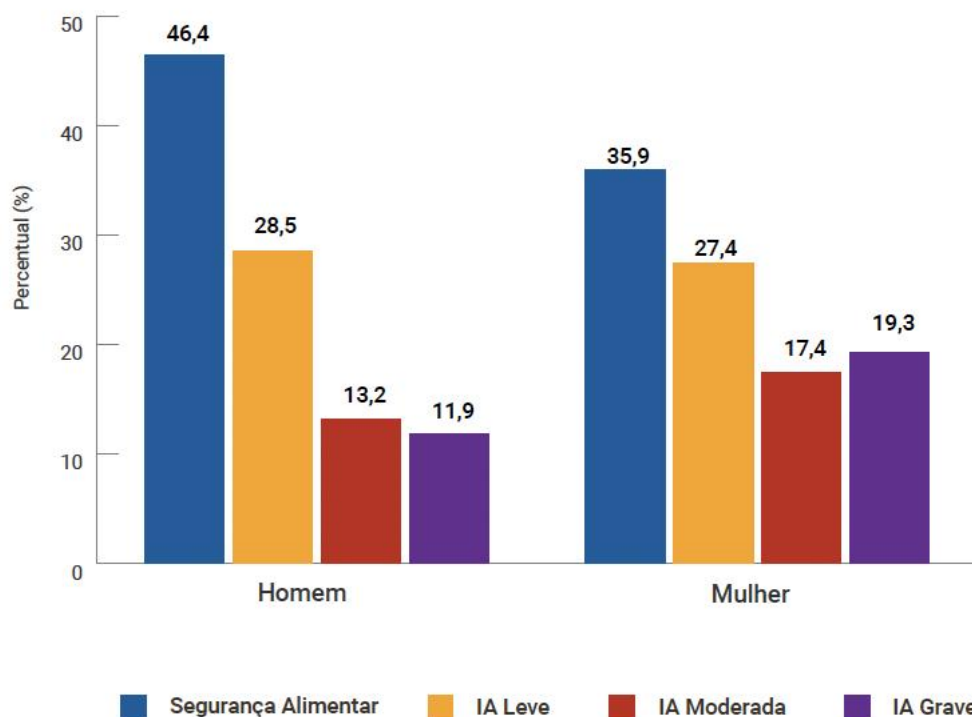


Figura 2: Distribuição percentual da Segurança Alimentar e dos níveis de Insegurança Alimentar (IA), segundo o sexo da pessoa de referência do domicílio, Brasil. II VIGISAN - SA/IA e Covid-19, Brasil, 2021/2022

Fonte: II VIGISAN

3.3 Perfil de Mulheres Pequenas Produtoras no Brasil

De acordo com o Censo Agropecuário de 2019, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), foram registradas 947 mil mulheres responsáveis por produções rurais no Brasil, sendo registradas em sua maioria no Nordeste totalizando 57% na região e 11% no Centro-Oeste, região com menor incidência.

Conforme a pesquisa, cerca de 30 milhões de hectares são administrados por mulheres, o que corresponde apenas a 8,5% da área total ocupada pelos estabelecimentos rurais no país. Normalmente são mulheres mães de família, que ajudam no sustento da casa de maneira solo ou em conjunto com seu companheiro, em média possuem um pouco mais de 40 anos da idade. (9)

3.4 Agricultura Familiar e Agroecologia

A agroecologia traz princípios ecológicos básicos de preservação dos recursos naturais e valorização da cultura local, com equidade social, viabilidade econômica e sustentabilidade dos sistemas de produção que dão sustentação aos processos produtivos (orgânico, biodinâmico, natural, ecológico, etc). Com isso ela busca uma produção que dependa minimamente de insumos agroquímicos e esgotamento dos recursos naturais. Sendo assim a agricultura familiar é responsável por significativa parcela na produção de alimentos que contribui para a garantia da segurança alimentar e nutricional da população seguindo o modelo agroecológico de produção, porém a agricultura familiar vem enfrentando diversos desafios diante das adversidades econômicas, sociais, ambientais e políticas vinculadas com o consumo de alimentos de origem da monocultura.

3.5 Soberania Alimentar e Sistemas Alimentares

A temática de Sistemas Alimentares Saudáveis e Sustentáveis no Brasil vem tomando forma em diversas pesquisas que demonstram a importância da consciência em todo o processo de produção que envolve e afeta diretamente produtores ligados ao sistema com abordagem direta com a Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. Conhecer a situação atual relacionada a estudos sobre a fome consta que a fome está presente em 43,0% das famílias com renda per capita de até 1/4 do salário mínimo. As famílias chefiadas por mulheres são mais atingidas, e por isso a importância dos estudos dos hábitos alimentares dessas famílias que também são atingidas por fatores socioeconômicos (2).

De acordo com a “Via Campesina” a Soberania Alimentar se descreve como:

“direito dos povos a uma alimentação saudável e culturalmente apropriada, produzida por métodos ecologicamente corretos e sustentáveis, e seu direito de definir seus próprios sistemas alimentares e agrícolas” (Via Campesina 2007). (10)

A soberania alimentar refere-se ao poder de escolha que uma determinada população tem de exercer prioridades em seus sistemas alimentares, deliberando seus direitos de uma alimentação saudável, que desempenhe sua cultura utilizando métodos sustentáveis. (5)

Sistemas alimentares mais sustentáveis, saudáveis e justos devem priorizar a produção e consumo de alimentos in natura em nível local ou regional, em contraposição ao sistema hegemônico caracterizado por altos índices de industrialização, centralização e comoditização dos alimentos processados e ultraprocessados. (11). Dessa forma, o fortalecimento da agricultura familiar interfere positivamente na rota de um sistema alimentar, que é historicamente marcado pela monocultura, produção de commodities e concentração da propriedade da terra que geram impactos socioambientais que resultam em desmatamentos, comprometimento da biodiversidade e da agrobiodiversidade e exploração do trabalhador (12).

3.6 Iniciativa Divino Alimento

Divino Alimento é uma iniciativa da OSCIP AKARUI realizada no município de São Luiz do Paraitinga-SP que leva alimentos saudáveis para aqueles que mais precisam por meio de campanha solidária e promove a agricultura familiar, a transição agroecológica e a sustentabilidade na região do Vale do Paraíba. Teve seu início em abril de 2020 como uma forma emergencial de ajudar famílias em situação de vulnerabilidade social inscritas no CRAS e garantir renda aos produtores que, devido as restrições impostas pela pandemia do COVID-19, tiveram muitos dos seus canais de venda fechados e com isso dificuldade de escoamento da sua produção, o que colocou em risco a segurança alimentar dessas famílias produtoras. Desde então a iniciativa Divino alimento atende as famílias vulneráveis por meio da campanha e outras famílias que também se interessaram em adquirir as cestas, gerando assim uma maior mobilização a favor do projeto. O objetivo da iniciativa Divino Alimento foi entregar cestas de alimentos da roça às famílias inscritas no CRAS, com produtos orgânicos/agroecológicos dos pequenos produtores de São Luís e região, comprados com as contribuições arrecadadas na campanha solidária, promovendo saúde e segurança alimentar para quem consome e para quem produz.

Por meio desta ação, em seus primeiros meses foram atendidas 110 famílias que foram beneficiadas com as cestas semanais compostas de alimentos biodiversos, que não só contribuem para a manutenção da cultura alimentar local, mas garantem comida fresca e limpa promovendo saúde e fortalecendo a agroecologia da região e o estímulo ao mercado local. Em virtude dos fatos mencionados, pode ser concluído que a iniciativa Divino Alimento atua como uma estratégia de fortalecimento da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), promovendo à agricultura familiar local de base agroecológica, além de contribuir para um sistema alimentar mais sustentável.

4. MATERIAIS E MÉTODOS

4.1. Tipo do estudo

Trata-se de um estudo observacional analítico transversal.

4.2. Local da pesquisa

A pesquisa foi realizada no município de São Luiz do Paraitinga, SP.

4.3. População da pesquisa

A pesquisa foi composta por mulheres, adultas, produtoras da agricultura familiar de base agroecológica, da cidade de São Luiz do Paraitinga/SP

4.3.1. Critério de Inclusão

Mulheres, adultas, produtoras de agricultura familiar no município de São Luiz do Paraitinga/SP

4.4. Desenvolvimento do estudo

A aplicação da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) e do questionário semiestruturado, se deu meio da plataforma *GoogleForms*® que foi enviada via *Whatsapp* para 10 agricultoras do município de São Luiz do Paraitinga-SP que estavam aptas a participarem do estudo, tendo seu início no mês de maio de 2023 e estando disponível para preenchimento até o mês de outubro de 202. O contato inicial foi possível com auxílio da OSCIP AKARUI. Na plataforma também foi inserido um texto inicial explicativo sobre a pesquisa e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que as participantes assinaram antes de seguir com as respostas tendo ciência dos benefícios indiretos e da garantia do seu anonimato.

4.4.1. Instrumento de coleta de dados

A investigação sobre a situação de segurança alimentar do domicílio da mulher produtora se deu com a aplicação da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA). O questionário semiestruturado elaborado pela pesquisadora buscou levantar dados sobre hábitos alimentares das famílias produtoras, condições socioeconômicas e demográficas e investigar a prevalência de doenças crônicas entre essas mulheres. Ambos foram organizados usando a plataforma *Google Forms*, onde também foi disponibilizado um texto com esclarecimentos sobre a participação na pesquisa e o TCLE.

O questionário encontra-se no apêndice 1, o TCLE está disponível no apêndice 2. A EBIA, encontra-se no anexo 1.

4.5. Análise estatística

A análise dos dados coletados se deu de forma descritiva e os resultados estão apresentados em gráficos e tabelas utilizando o programa do Microsoft *Excel* versão 2010.

4.6. Aspectos éticos

A pesquisa respeitou a Resolução nº 466/12 e, para participar do estudo as produtoras foram devidamente informadas e autorizaram por meio do Termo de Compromisso Livre e Esclarecido (TCLE), o qual se encontra no Apêndice 2.

Estudos realizados com seres humanos apresentam riscos e benefícios aos participantes. Como riscos os participantes poderiam se sentir desconfortáveis ao responderem ao questionário, para isso foi garantido ao participante abandonar a qualquer momento a pesquisa, assim como deixar de responder qualquer pergunta ou solicitar que seus dados não fossem utilizados ou mantidos em anonimato. Com relação aos benefícios indiretos em participar do estudo, podemos destacar o levantamento da situação de segurança alimentar e nutricional como geração de informação para contribuição no pensamento de políticas públicas.

Os dados por elas fornecidos durante a coleta, serão mantidos em sigilo, bem como seu anonimato.

Este trabalho foi aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) da Universidade de Taubaté sob o número do Parecer 6.007.453, CAAE 68269323.3.0000.5501

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa foi enviada por meio da plataforma *GoogleForms*® para 10 agricultoras do Município de São Luiz do Paraitinga-SP tendo seu início no mês de maio de 2023 e estando disponível para preenchimento até o mês de outubro de 2023. Das 10 agricultoras que receberam o questionário, 4 retornaram com as respostas, totalizando 40% de produtoras que possuem em média 54 anos de idade.

A ausência de resposta de parcela do grupo selecionado provavelmente foi devida à dificuldade de participação devido à maneira escolhida para a coleta de dados. A área rural não oferece boa cobertura de internet, as agricultoras, muitas vezes encontram-se em situação de (semi) isolamento digital, especialmente as de baixa renda e escolaridade. Sem falar nas dificuldades de uso de equipamentos digitais.

A tabela 1 mostra os Dados Sociodemográficos sendo eles Estado Civil e Grau de Escolaridade das agricultoras.

Entre as participantes, o grau escolaridade predominante foi o ensino superior, sendo este a escolha de 75% das respostas. Somente 1 agricultora cursou até o ensino fundamental completo.

Tabela 1 - Distribuição das Agricultoras Segundo Dados Sociodemográficos. São Luiz do Paraitinga/SP, 2023.

Estado Civil	N	%
Casada	2	50
Divorciada/Separada	1	25
Vive Junto	1	25
Total	4	100
Grau de Escolaridade	N	%
Ensino Fundamental Incompleto	0	0
Ensino Fundamental Completo	1	25
Ensino Médio Incompleto	0	0
Ensino Superior Completo	3	75
Pós Graduação Lato Senso	0	0
Mestrado	0	0
Doutorado	0	0
Total	4	100

Em relação aos dados coletados da pesquisa sobre renda mensal, foi analisado que metade das famílias tem renda mensal > 3 e < que 6 salários mínimos, porém 1 agricultora relata ter renda mensal menor do que 1 salário mínimo, sendo este um dado importante em relação a condição socioeconômica das produtoras no Município como mostra a tabela 2.

Tabela 2 – Renda Média Mensal das Agricultoras Segundo Estado Civil. São Luiz do Paraitinga/SP, 2023.

Renda Mensal	N	%
Menos do que um salário mínimo	1	25
Até 1 salário mínimo	0	0
Maior que 1 e menor que 2 salários mínimos	1	25
Maior que 2 e menor que 3 salários mínimos	0	0
Maior que 3 e menor que 6 salários mínimos	2	50
Maior que 6 e menor que 9salários mínimos	0	0
Maior que 10 ou mais salários mínimos	0	0
Total	4	100

Com análise dos dados coletados em relação a ocupação/profissional, 50% exercem somente o trabalho rural e os outros 50% dos participantes possuem uma ocupação paralela a agricultura familiar, isso resulta em uma probabilidade maior de estabilidade para essa agricultora e sua família, diminuindo os riscos de vulnerabilidade social.

Dentre os principais programas de benefícios ao cidadão oferecidos pelo Governo Federal, estão: Auxílio Brasil, Auxílio Emergencial, Bolsa Família, entre outros. Os benefícios são concedidos aos cidadãos inscritos nos respectivos programas sociais. Cada iniciativa possui regras específicas que precisam ser atendidas para que o valor seja concedido. Em relação a isso neste estudo não foi registrado nenhum recebimento de benefício social por parte das participantes e suas famílias.

No presente estudo 100% das participantes possuem luz elétrica em sua moradia, porém os dados registrados já mudam em relação à água utilizada para beber, 50% das participantes possuem água fervida para consumo, mas, os outros 50% afirmam não possuírem nenhuma forma de tratamento de água para seu consumo. Esse é um dado importante, já que a água potável é vital para a qualidade de vida e o desenvolvimento da sociedade, uma vez que o contato com esgoto e o consumo de água sem tratamento estão ligados a altas taxas de mortalidade infantil, tendo como principais causas doenças como parasitoses, diarreias, febre tifoide e leptospirose.

Em relação à produção, de forma geral são plantadas para venda hortaliças e frutas, as agricultoras registraram que consomem o que plantam e 24 possuem dificuldade de preparo dos mesmos. Pode-se observar com a pesquisa que mesmo com o consumo dos alimentos produzidos, o consumo de ultraprocessados é relevante, totalizando 50% das agricultoras participantes que preferem consumir esses produtos alimentícios, a frequência do consumo é variada, contudo este dado é relevante pois alimentos ultraprocessados são pobres nutricionalmente não contribuindo para uma alimentação saudável e adequada, além de seu consumo estar associado ao desenvolvimento de DCNT e ao estímulo às monoculturas, desfavorecendo o acesso ao alimento limpo e justo.

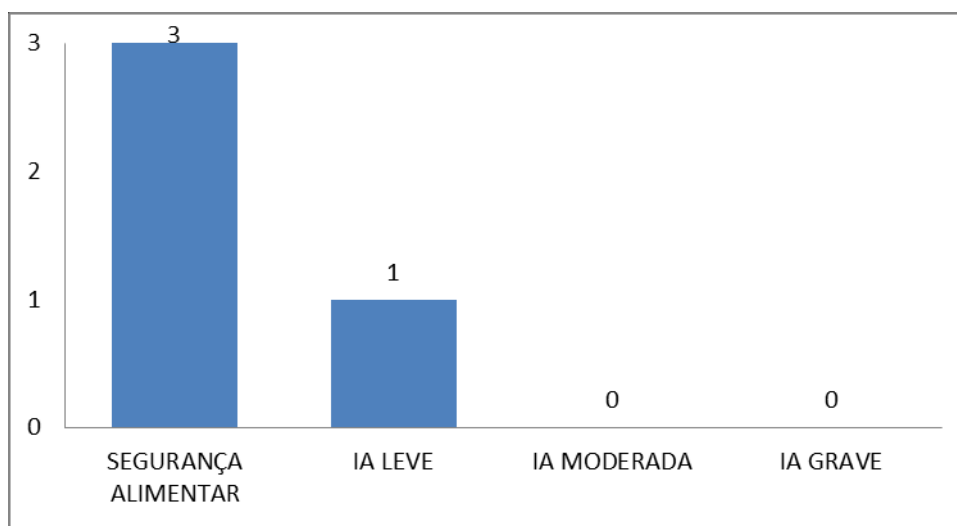
Em relação à EBIA, ela possui 14 questões, sendo quatro destinadas a todos os moradores do domicílio, quatro referentes aos moradores de 18 anos ou mais e seis relativas aos domicílios com crianças e a pontuação é diferente para famílias com e sem crianças. (Quadro 1)

Classificação	Número de respostas "sim" para famílias com menores de 18 anos	Número de respostas "sim" para famílias sem menores de 18 anos
Segurança alimentar	Zero	Zero
Insegurança alimentar leve	de 1 a 5	de 1 a 3
Insegurança alimentar moderada	de 6 a 9	de 4 a 6

Insegurança Alimentar grave	de 10 a 14	de 7 a 8
-----------------------------	------------	----------

Figura 3 - Pontuação para Classificação da Família, Segundo a Segurança Alimentar

Então em relação a aplicação da EBIA foi observado que no presente



estudo temos em maior porcentagem as mulheres produtoras e suas famílias em Segurança Alimentar como mostra o gráfico a seguir.

25

Figura 4 - Grau de Segurança Alimentar de Mulheres Produtoras do Município de São Luiz do Paraitinga.

A saúde da mulher rural é uma questão importante que envolve diversos desafios. Mulheres que vivem em áreas rurais muitas vezes enfrentam dificuldades no acesso a serviços de saúde, educação sobre saúde reprodutiva e cuidados médicos adequados. Além disso, fatores socioeconômicos e culturais podem impactar negativamente sua saúde geral. É crucial implementar programas de saúde específicos para mulheres rurais, melhorar o acesso a serviços médicos, oferecer educação sobre saúde e promover a igualdade de gênero para garantir que as mulheres rurais tenham acesso a cuidados de saúde adequados e possam levar uma vida saudável. (13)

Esse tema também foi abordado no presente estudo e foram obtidos os seguintes resultados.

Das produtoras que participaram 100% responderam que não possuem nenhum tipo de Doença Crônica Não Transmissível (DCNT) e também nenhuma condição hereditária, porém uma das participantes faz uso de dois medicamentos contínuo sendo um deles para reduzir os riscos a saúde em relação a doenças cardiovasculares e outro para transtorno depressivo. Em uma média as participantes avaliam sua saúde como ótima.

O gráfico abaixo mostra a periodicidade com que as produtoras fazem seu check-up médico, indicando que 75% (3 das 4 produtoras) vão ao médico anualmente sendo fundamental para a promoção da saúde e o bem-estar das mulheres.

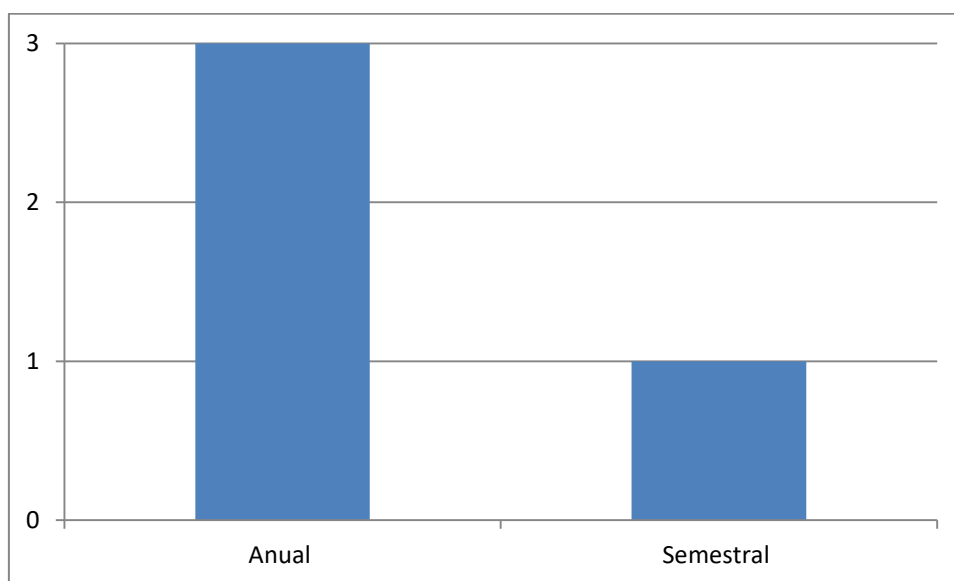


Figura 5 - Frequência de Chek-up feito por Mulheres Produtoras do Município de São Luiz do Paraitinga

De acordo o segundo o inquérito de Vigilância da Segurança Alimentar e Nutricional II (VIGISAN II 2022), entre as famílias rurais, o setor da agricultura familiar tem sido afetado pela crise econômica, mas principalmente pela abolição de políticas públicas voltadas aos pequenos produtores rurais. A forma mais grave de IA (IA moderada ou grave) esteve presente em aproximadamente 38,0 % dos domicílios pertencentes a agricultores familiares / produtores rurais. A perda de produção e dificuldade de venda dos seus produtos resultou em níveis ruins de IA

que atingiram domicílios rurais de agricultores familiares / produtores rurais, atingindo 25,6% dos domicílios, sendo os mais afetados aqueles chefiados por mulheres (2).

As mulheres desempenham um papel crucial nos sistemas alimentares e na luta contra a fome, apesar de enfrentarem desigualdades em relação aos homens. Segundo dados da ONU, mais de 40% da força de trabalho agrícola em países em desenvolvimento é composta por mulheres. No entanto, menos de 20% delas são proprietárias de áreas de plantação. O trabalho das mulheres nas áreas rurais é essencial para os sistemas alimentares globais, pois cultivam, colhem, preparam e distribuem produtos, garantindo a nutrição de suas famílias e comunidades. É importante notar que, apesar de seu papel vital, as mulheres enfrentam dificuldades financeiras, o que muitas vezes as impede de investir adequadamente na nutrição, saúde e educação de si própria e de sua família. (14)

Em relação à pesquisa desenvolvida no Município de São Luiz do Paraitinga-SP, foram obtidos resultados que permitiram aprofundar o debate sobre algumas 27 dimensões da Insegurança Alimentar e Nutricional, além de possíveis associações. Evidenciou-se uma relação entre IA, renda per capita e número de moradores no domicílio. Por outro lado, algumas variáveis possuem uma relação importante com IA em agricultores, como é caso do estado nutricional, idade e gênero (2).

O presente estudo demonstrou um maior nível de Segurança Alimentar, possivelmente pelo fato das produtoras que participaram do trabalho possuírem uma renda que não se limita somente à produção rural, proporcionando assim uma forma de renda extra que contribui para que exista o sustento do lar e o conhecimento em relação aos cuidados com a saúde, sobre isso é importante notar que não foi encontrado nenhum outro estudo que tenha abordado sobre o trabalho paralelo da mulher produtora rural. Ainda no que tange o resultado de SA, levanto a possibilidade de as demais produtoras contactadas e que não participaram do estudo, constituindo uma maioria de 60%, poderem ter em seus domicílios algum nível de insegurança alimentar, o que sugere que novos estudos possam ser feitos levando em consideração a demanda do trabalho de campo em busca de contactar essas produtoras de maneira presencial por meio de entrevista e não de forma digital como foi no presente estudo, pois essa pode ter sido uma limitação da adesão à pesquisa.

6. CONCLUSÃO

O consumo excessivo de alimentos ultraprocessados pode levar a uma série de problemas de saúde, que incluem aumento do risco de obesidade, diabetes tipo 2, doenças cardíacas e certos tipos de câncer. Além disso, dietas ricas em ultraprocessados muitas vezes carecem de nutrientes essenciais, levando a deficiências nutricionais (7). O acesso ao alimento seguro por agricultoras é uma questão crucial para garantir a SAN e o bem-estar das comunidades. Mulheres que estão envolvidas na agricultura muitas vezes desempenham um papel fundamental na produção de alimentos, especialmente em áreas rurais. Para melhorar o acesso ao alimento seguro para agricultoras, é essencial implementar políticas que promovam o acesso a recursos agrícolas, como terra, sementes, financiamento e treinamento. Além disso, programas de capacitação e educação podem ajudar as mulheres agricultoras a adotar práticas agrícolas seguras e sustentáveis. A criação de redes de apoio, cooperativas e organizações comunitárias também pode facilitar o acesso das agricultoras a mercados seguros para vender seus produtos.

Embora no presente estudo os resultados tenham sido positivos, a saúde da mulher deve ser uma questão sempre a ser acompanhada por pesquisadores que atuem no sentido de garantir melhores condições ao gênero, dados de pesquisas são bases para investimentos e melhorias por meio de políticas públicas. Sabemos que mulheres que trabalham na agricultura muitas vezes enfrentam desafios específicos relacionados à saúde, como exposição a produtos químicos agrícolas, longas horas de trabalho e acesso limitado a cuidados de saúde, sem falarmos do impacto que a exaustão da desigualdade entre o trabalho doméstico e do cuidado não remunerado pode causar sobre o gênero, mesmo quando ela desempenha o papel responsável pela renda familiar, sendo essa uma problemática de responsabilidade do Estado.

Ao fortalecer e empoderar as mulheres na agricultura, garantindo seu sustento e de sua família é possível promover Sistemas Alimentares Saudáveis e Sustentáveis, a resiliência das comunidades e fomentar a cultura local, pois quando falamos sobre DHAA, acesso a saúde e outros direitos, fica o questionamento, o que devemos fazer para garantir que as mulheres agricultoras estejam em Segurança Alimentar com apenas uma jornada de trabalho?

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. REDE PENSSAN [Internet]. I VIGISAN, Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil; 2020. [citado 2023 mar 11]. Disponível em: http://olheparaafome.com.br/VIGISAN_Inseguranca_alimentar.pdf
2. REDE PENSSAN [Internet]. II VIGISAN, Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil; 2020. [citado 2023 mar 11]. Disponível em: http://olheparaafome.com.br/VIGISAN_Inseguranca_alimentar.pdf
3. IBGE [Internet]. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio; 2009 [citado 2023 Mar 23]. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9127-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios.html>.
4. Prefeitura Municipal da Estância Turística de São Luiz do Paraitinga [Internet]. São Luiz do Paraitinga: Prefeitura Municipal da Estância Turística de São Luiz do Paraitinga; 2019 [citado 2023 mar 11]. Disponível em: <https://www.saoluizdoparaitinga.sp.gov.br/cidade>
5. Brasil. Lei n. 11.346, de 15 de setembro de 2006. Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN). Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União; 18 set 2006.[citado em 2023 Mar 13]
6. AKARUI – Akarui [Internet]. [citado 13 Mar 2023] Disponível em: <https://www.akarui.org.br/>
7. Smith J, Jones A. Estado da Segurança Alimentar Mundial 2023. Roma: Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura; [citado em 2023 Mar 13].
8. POF 2017-2018 | IBGE [Internet]. www.ibge.gov.br. [citado 6 Mar 2023]. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/24786-pesquisa-de-orcamentos-familiares-2.html>
9. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). Mapa: EMBRAPA e IBGE apresentam os dados sobre mulheres rurais [Internet]. [Local da publicação]: EMBRAPA; [citado em 2023 Mar 16]. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/50779965/mapa-embrapa-e-ibge-apresentam-os-dados-sobre-mulheres-rurais>
10. Via Campesina. Declaration of Nyéléni [internet] [citado 2023 mar 11]. Disponível em: <https://nyeleni.org/spip.php?article290>.

11. Poulain JP. Sociologia da alimentação: os comedores e o espaço social alimentar. 2nd ed. Tradução: Proença RPC, Rial CS, Conte J. Florianópolis: EDUFSC; 2013. 286p.
12. Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), Ministério da Saúde, FAO, Chef. FAO, OPAS/OMS, Ministério da Saúde e chef se unem para melhorar qualidade da alimentação [Internet]. [Local não disponível]: OPAS; 2017 Jan 27 [citado em 2023 Mar 20]. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/noticias/27-1-2017-fao-opasoms-ministerio-da-saude-e-chef-se-unem-para-melhorar-qualidade-da>
13. Mulheres rurais têm papel central na alimentação mundial [Internet]. Brasil. 2021 [citado 2023 Mar 29]. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/151824-mulheres-rurais-t%C3%A3o-papel-central-na-alimenta%C3%A7%C3%A3o-mundial>.
14. Costa MC, Silva EB, Soares JSF, Borth LC, Honnef F. Mulheres rurais e situações de violência: fatores que limitam o acesso e a acessibilidade à rede de atenção à saúde. Rev Gaúcha Enferm. 2017;38(2):e59553. doi: 10.1590/1983-1447.2017.02.59553.
15. Nota sobre estimativas de fome e insegurança alimentar para o Brasil [Internet]. [citado 2023 Abril 15]. Disponível em: <https://pesquisassan.net.br/wp-content/uploads/2022/07/Nota-sobre-SOFI-EBIA-2022-Brasil.pdf>

8. APÊNDICE

APÊNDICE A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

A senhora está sendo convidada a participar como voluntária da pesquisa “Sistemas Alimentares Saudáveis e Sustentáveis, Soberania e Segurança Alimentar Nutricional (SSAN) de Mulheres Produtoras da Cidade de São Luiz do Paraitinga – SP”, sob a responsabilidade da pesquisadora Michele Gilaberte Ribeiro. A pesquisa tem por objetivo investigar a Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN) das famílias de mulheres produtoras da cidade de São Luiz do Paraitinga/SP, gerando dados para melhor compreensão e conhecimento do território e identificação de vulnerabilidade, que poderão ser úteis no pensamento de estratégias e planejamento de políticas públicas que tenham impacto na redução das desigualdades econômicas e sociais, visando a garantia e o fortalecimento da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN) e a efetivação do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA). A coleta de dados será realizada por meio de um questionário estruturado pela pesquisadora com questões socioeconômicas e demográficas, sobre o perfil de saúde e alimentar de mulheres e suas famílias, e sobre o plantio de hortas e pomares nos domicílios. Para avaliar a (in) segurança alimentar do domicílio será aplicada a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA).

Para assegurar a confidencialidade, a privacidade e a proteção de sua imagem serão adotados os seguintes procedimentos para manter o sigilo e o anonimato das informações: A pesquisa irá respeitar a Resolução nº 466/12 e, para participar do estudo os indivíduos deverão ser devidamente informados e autorizar por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão. A senhora não será identificada em nenhuma fase da pesquisa e nem em publicação que possa resultar. Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com a pesquisadora responsável por um período de 5 (cinco) anos.

Há benefícios e riscos decorrentes da participação na pesquisa. Como riscos as participantes podem se sentir desconfortáveis ao responderem ao questionário, para isso será garantido a senhora abandonar a qualquer momento a pesquisa, assim como deixar de responder qualquer pergunta ou solicitar que seus dados não sejam utilizados ou mantidos em anonimato. Com relação aos benefícios em participar do estudo, evidencia-se benefícios indiretos com a contribuição desta pesquisa para a identificação da situação de segurança alimentar e nutricional, os saberes e práticas alimentares desse grupo.

Caso haja algum dano ao participante será garantido aos mesmos procedimentos que visem à reparação e o direito à indenização.

Para participar deste estudo a Sra. não terá nenhum custo, pois será garantido o direito ao ressarcimento de despesas que forem necessárias. A Sra. não receberá qualquer vantagem financeira.

A Sra. receberá mais esclarecimento sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar e tem liberdade para recusar-se a ingressar no estudo ou retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que é atendido pela pesquisadora.

Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pela pesquisadora responsável, e a outra será fornecida à senhora.

Rubricas: pesquisador responsável _____ participante _____

Para qualquer outra informação o(a) Sr.(a) poderá entrar em contato com a pesquisadora responsável, Michele Gilaberte Ribeiro por telefone (12)99634-1890, inclusive por meio de ligação a cobrar.

Em caso de dúvidas com respeito aos aspectos éticos deste estudo, o(a) Sr.(a) poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/UNITAU na Rua Visconde do Rio Branco, 210 – centro – Taubaté, telefone (12) 3624-1657, e-mail: cep.unitau@unitau.br.

O pesquisador responsável declara que a pesquisa segue a Resolução CNS 466/12.

Michele Gilaberte Ribeiro

Consentimento pós-informação.

Eu, _____, portadora do documento de identidade _____ fui informada dos objetivos da pesquisa “Sistemas Alimentares Saudáveis e Sustentáveis, Soberania e Segurança Alimentar Nutricional (SSAN) de Mulheres Produtoras da Cidade de São Luiz do Paraitinga – SP”, de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações sobre a pesquisa e me retirar da mesma sem prejuízo ou penalidade.

Declaro que concordo em participar. Recebi uma cópia deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

_____, _____ de _____ de 2023.

Assinatura do(a) participante

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO SEMIESTRUTURADO

Número de Identificação _____

Data de nascimento: ___/___/___

Qual a sua idade em anos completos? _____

Parte 1:

1. Seu estado civil é: _____

2. Qual a sua escolaridade?

Nenhuma escolaridade () Ensino fundamental incompleto()

Ensino fundamental completo () Ensino médio incompleto()

Ensino médio completo () Ensino superior incompleto ()

Ensino superior completo ()

3. Qual renda da sua família (somando a renda de todos na família)?

Menos do que 1 salário mínimo () > 1 e < 2 salários mínimos () de > 2 e < 3
salários mínimos () > 3 e < 6 salários mínimos () >6 e <9 salários mínimos ()
> 10ou mais salários mínimos ()

4. Qual a sua ocupação/profissão? _____

5. Quantos filhos tem?

1 () 2 () 3 () 4 () Mais ()

6. Qual a idade dos seus filhos? _____

7. Quantas pessoas moram na sua casa?

1 () 2 () 3 () 4 () Mais ()

8. Na casa tem luz elétrica?

Não () Sim ()

9. De onde vem a água que a família usa para beber? _____

10. A água utilizada para beber é tratada (clorada, filtrada ou fervida?)

Não () Sim () Como? _____

11. Qual o tipo de esgoto sanitário há na casa? _____

12. Quem você considera o chefe da família da sua casa? _____

13. Na sua casa alguém recebe algum benefício social?

Não () Sim (). Se sim:

Qual (is)? _____

Parte 2: Saúde da mulher e Hábitos alimentares

1. Você possui alguma doença crônica não transmissível (DCNT)?

() Hipertensão arterial

() Dislipidemia (alteração do colesterol)

() Hipotireoidismo

() Câncer

() Diabetes tipo 2

() Fibromialgia

() Outras

() Não tenho

2. Você tem alguma doença ou condição hereditária?

() sim () não qual?_____

3. Com que frequência você faz um check-up médico?

() sim () não qual?_____

4. No geral, como você avalia sua saúde?

() Ótima () Boa () Mediana () Ruim

5. Na sua opinião, a que capacidade você pode realizar suas atividades diárias?

() Ótima () Boa () Mediana () Ruim

6. Você faz uso de algum remédio contínuo?

() sim () não

Qual?_____

7. O que você planta para vender?

8. Você consome o que planta?

() sim () não () Parcialmente

9. Algum alimento que planta não é consumido por não saber prepará-lo?

() sim () não

Se sim quais deles? -----

10. Sabe a diferença entre alimento in natura, processado e ultraprocessado?

() sim () não

11. Você consome refrigerante ou suco industrializado (normal, diet, light, zero)?

() Sim () Não

Se sim, quantas vezes na semana?

() 1 vez () 2 vezes () 3 ou mais

12. Você consome bolachas/biscoitos salgados/doces de pacote (tipo água e sal, cream cracker, amido de milho)?

() Sim () Não

Se sim, quantas vezes na semana?

() 1 vez () 2 vezes () 3 ou mais

9. ANEXO

ANEXO 1 - Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA)

1. Nos últimos três meses, os moradores do seu domicílio (casa) tiveram preocupação e que os alimentos acabassem antes de poderem comprar ou receber mais comida?
 sim não não sabe

2. Nos últimos três meses, os alimentos acabaram antes que os moradores do seu domicílio (casa) tivessem dinheiro para comprar mais comida?
 sim não não sabe

3. Nos últimos três meses, os moradores do seu domicílio (casa) ficaram sem dinheiro para ter uma alimentação saudável e variada?
 sim não não sabe

4. Nos últimos três meses, os moradores do seu domicílio (casa) comeram apenas alguns alimentos que ainda tinham porque o dinheiro acabou?
 sim não não sabe

5. Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade (adulto ou idoso) deixou de fazer uma refeição porque não havia dinheiro para comprar comida?
 sim não não sabe

6. Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade (adulto ou idoso), alguma vez comeu menos do que devia porque não havia dinheiro para comprar comida?
 sim não não sabe

7. Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade (adulto ou idoso), alguma vez sentiu fome, mas não comeu, porque não havia dinheiro para comprar comida?
 sim não não sabe

8. Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade (adulto ou idoso), alguma vez fez apenas uma refeição ao dia ou ficou um dia inteiro sem comer porque não havia dinheiro para comprar comida?
 sim não não sabe

9. Nos últimos três meses, algum morador com menos de 18 anos de idade (criança e/ou adolescente), alguma vez, deixou de ter uma alimentação saudável e variada porque não havia dinheiro para comprar comida?

sim não não sabe

10. Nos últimos três meses, algum morador com menos de 18 anos de idade (criança e/ou adolescente), alguma vez, não comeu quantidade suficiente de comida porque não havia dinheiro para comprar comida?

sim não não sabe

11. Nos últimos três meses, alguma vez, foi diminuída a quantidade de alimentos das refeições de algum morador com menos de 18 anos de idade (criança e/ou adolescente), porque não havia dinheiro para comprar comida?

sim não não sabe

12. Nos últimos três meses, alguma vez, algum morador com menos de 18 anos de idade (criança e/ou adolescente) deixou de fazer alguma refeição, porque não havia dinheiro para comprar comida?

sim não não sabe

13. Nos últimos três meses, alguma vez, algum morador com menos de 18 anos de idade (criança e/ou adolescente), sentiu fome, mas não comeu porque não havia dinheiro para comprar comida?

sim não não sabe

14. Nos últimos três meses, alguma vez, algum morador com menos de 18 anos de idade (criança e/ou adolescente) fez apenas uma refeição ao dia ou ficou sem comer por um dia inteiro porque não havia dinheiro para comprar comida?

sim não não sabe